



1000
1000
1000

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 8ª EDIÇÃO	15
PREFÁCIO À 6ª EDIÇÃO	17
PREFÁCIO À 5ª EDIÇÃO	21
PREFÁCIO À 4ª EDIÇÃO	27
PREFÁCIO DA 3ª EDIÇÃO	29
PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO	31

1. O ESTADO MODERNO

1. O advento do Estado Moderno. Suas raízes históricas e sua evolução: do Absolutismo ao Constitucionalismo, 33: 1.1 O Estado na Antiguidade, 33; 1.2 O Estado na Idade Média, 34; 1.3 A soberania, fundamento do Estado Moderno, 35; 1.4 O Estado Moderno e o Absolutismo, 37; 1.5 A Burguesia e a transição do Estado absoluto ao Estado constitucional, 41 – 2. O Estado constitucional da separação de Poderes, 43 – 3. O Estado constitucional dos direitos fundamentais, 48 – 4. O Estado constitucional da Democracia participativa, 53 – 5. As bases constitucionais de introdução da Democracia participativa no Brasil, 61

2. O ESTADO BRASILEIRO E AS BASES DE SUA FORMAÇÃO CONSTITUCIONAL

1. As três fases de evolução do Estado constitucional na América Portuguesa, 72 – 2. A Súplica dos portugueses “ao grande Napoleão” pela outorga de uma Constituição, 76 – 3. A Revolução Pernambucana de 1817, precursora do constitucionalismo luso-brasileiro, 79 – 4. Cotejo da Súplica portuguesa de 1808 com as Bases pernambucanas de 1817, 82 – 5. A Revolução do

Porto de 1820: as Cortes de Lisboa e a participação do Brasil na primeira Constituinte de Portugal, 84 – 6. O insucesso da Revolução de 1820 em consolidar-se: um fracasso liberal, 88 – 7. A instabilidade das Cortes e a marcha do Brasil para a independência, 90 – 8. A presença brasileira no constitucionalismo luso-brasiliense, 92 – 9. Decreto de outorga da Constituição espanhola no Rio de Janeiro por D. João VI, 95 – 10. A Constituinte de 1823: da instalação à dissolução pelo Imperador, 96 – 11. Possíveis causas que determinaram a dissolução da Constituinte, 101 – 12. Confronto de poderes constituintes paralelos, outorga da Constituição de 1824 e criação do Estado brasileiro sob a forma imperial, 102 – 13. A segunda constitucionalização de Portugal se fez no Brasil com a outorga da célebre Carta de 1826, 105

3. DOS FINS DO ESTADO

1. Dos fins do Estado, 111 – 2. Importância do problema, 114 – 3. Posição de Nelson (neonaturalismo jurídico), Kelsen e Jellinek, 115 – 4. A nova doutrina francesa e a interpretação teleológica da atividade estatal, 116 – 5. Afirmção de uma teleologia do Estado com base em von Jhering, 117 – 6. A finalística estatal e as grandes divisões do direito, 118 – 7. O critério metodológico de Seidler: a concepção teleológica dos fins do Estado perante a doutrina social-biológica, 118 – 8. O método krausista de Ahrens e a consideração unitária do problema, 119 – 9. Proposição de um último critério: o histórico, 119

4. A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO TELEOLÓGICO NA DOUTRINA DO ESTADO

1. O organicismo da Antiguidade: Aristóteles, Platão e Cícero, 121 – 2. A reação doutrinária da Igreja ao pensamento absolutista da idade greco-romana, 123 – 3. O Estado enquanto meio para a realização dos fins espirituais da cristandade, 124

5. NAÇÃO, ESTADO SOCIAL, SOBERANIA E EVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL DO ESTADO DE DIREITO

1. Conceito idealista de nação, 125 – 2. A formação da nacionalidade, desde o Brasil colonial ao Brasil monárquico, 128 – 3. O advento das bases nacionais de um Estado social, 131 – 4. A dimensão federativa do Estado Nacional no Brasil, 135 – 5. É a nação uma ressurreição da *pólis* nos países periféricos?, 136 – 6. A evolução constitucional do Estado de Direito, 139

6. O DIREITO NATURAL E O ESTADO

1. As nascentes históricas do moderno direito natural, 145 – 2. O indivíduo, matriz do direito, 146 – 3. A *lex aeterna* e a *ratio*, 146 – 4. Caráter pessimista do direito natural escolástico, 147 – 5. Rousseau e a racionalização do

jusnaturalismo, 147 – 6. O desmembramento do direito natural da teologia cristã (Grotius), 148 – 7. A determinação da natureza humana por Grotius e a coincidência desta com o direito, como único meio de alcançar o *direito justo*, 148 – 8. A superação de Grotius e de todo o direito natural, ante a impossibilidade de determinar a verdadeira *natureza humana*, 149 – 9. A teleologia estatal, conceito eminentemente jurídico, 150 – 10. Jusnaturalismo: teoria revolucionária?, 151 – 11. O direito natural: direito rigorosamente conservador, 153 – 12. A reação conservadora perfilha, no direito, a escola histórica, 154

A natureza humana e o direito

7. O ESTADO POLICIAL, O ESTADO DE DIREITO E O ESTADO ÉTICO-CULTURAL

1. O Estado policial de Wolf e a formulação individualista do absolutismo, 155 – 2. Mercantilismo, eudemonismo e despotismo: “tudo para o povo, nada, porém, pelo povo”, 156 – 3. O *Estado jurídico* de Kant e a sua fundamentação no liberalismo econômico do século XVIII, 157 – 4. A proteção do direito como finalidade suprema do Estado, 160 – 5. Importância da teoria contratual de Kant do ponto de vista teleológico, 163 – 6. Principais objeções à filosofia kantiana do Estado, 164 – 7. O *Estado ético-cultural* de Hegel: o Estado *como é* e não *como deveria ser*, 165 – 8. Conceito hegeliano de liberdade, 166 – 9. Consubstanciação da vontade particular na vontade social, 168 – 10. O fim do Estado no interesse coletivo, 169

8. A TEORIA MARXISTA DO ESTADO

1. Do socialismo utópico ao socialismo científico, 171 – 2. Karl Marx e a reinterpretação sociológica do fenômeno estatal, 176 – 3. A mecânica marxista e o organicismo hegeliano, 178 – 4. Reação às doutrinas clássicas da teleologia estatal (*Estado econômico* e sociedade de classes), 179 – 5. Caráter negatvista da dialética marxista: a superação do Estado e o seu processo natural de extinção, 180 – 6. Crítica de Lenin aos teóricos da II Internacional definindo a essência antiestatal do pensamento marxista, 181 – 7. As contradições do marxismo vistas por Jellinek e Stammler, 185 – 8. Objeções da doutrina alemã (Heller e Helfritz) à teoria antiestatal de Marx, 185

9. O PODER POLÍTICO DO “TERCEIRO ESTADO”

1. O poder político do *terceiro estado*, 187 – 2. A monarquia absoluta e a classe burguesa, 188 – 3. As lutas que precedem o advento do *terceiro estado*, 189 – 4. Da monarquia absoluta ao Estado liberal-democrático, 191 – 5. O marxismo e o triunfo do *terceiro estado*, 194 – 6. A Revolução Francesa foi a vitória do *terceiro estado*, 195 – 7. A exceção histórica da Inglaterra, 196

– 8. O poder político da burguesia: um poder progressista e necessário à liberdade humana, 197

10. DO VELHO AO NOVO FEDERALISMO

1. A transformação federalista, 199 – 2. A essência da Federação, 200 – 3. Elasticidade necessária do princípio federativo, federalismo e antifederalismo, 202 – 4. O despertar da consciência federalista na Idade Moderna, 204 – 5. O intervencionismo e o federalismo do século XX, 206 – 6. As origens americanas do federalismo brasileiro, 208 – 7. O Estado social e a crise federalista no Brasil, 211 – 8. Aspectos da crise, 213 – 9. A reforma da Federação brasileira, 214

11. O PARTIDO POLÍTICO NO IMPÉRIO

1. O partido político no Império, 216 – 2. Sua feição agrária e hegemonia das elites, 218 – 3. José Bonifácio e a intuição dos nossos rumos sociais na questão do Brasil servil, 219 – 4. Elites *versus* caudilhismo, 220 – 5. A conselheira entre liberais e conservadores do Império no desprezo comum votado aos princípios e às ideias, 221 – 6. A luta pelo poder e a corrupção da vida partidária, 225 – 7. O incorrigível sebastianismo da atualidade, 229

12. DO ATO ADICIONAL À CARTA DO IMPÉRIO

1. O Ato Adicional: única Emenda à Constituição do Império, 231 – 2. O Ato Adicional: um instrumento de compromisso, 234 – 3. A desforra dos liberais contra a dissolução da Constituinte, 235 – 4. A inspiração federalista do Ato Adicional, 236 – 5. O contra-ataque das forças reacionárias ao Ato Adicional, 237 – 6. O Ato Adicional aquém das pretensões liberais, 238

13. FATORES ECONÔMICOS NA CRISE POLÍTICO-PARTIDÁRIA DEPOIS DA REVOLUÇÃO DE 1930

1. Depressão econômica, com agravamento da questão social, às vésperas da Revolução de 1930, 240 – 2. Rui Barbosa e as origens americanas do constitucionalismo republicano, 242 – 3. A revolução industrial retardada, 245 – 4. Os partidos políticos convocados ao desempenho de missão histórica, 247 – 5. Crise dos partidos políticos – Decadência do bacharel – Plutocracia e corrupção, 248

14. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO PARLAMENTARISMO

1. A democracia, a liberdade e o sistema representativo, 253 – 2. A teoria do governo parlamentar, 256; 2.1 A igualdade do poder legislativo e do poder executivo, 257; 2.2 Princípio da colaboração de poderes, 258; 2.3 Relações

recíprocas de controle dos dois poderes, 258 – 3. A formação histórica do governo parlamentar na Inglaterra, 260 – 4. A progressiva democratização do princípio parlamentar produz um parlamentarismo monista: o governo de gabinete, 265

15. MONTESQUIEU E O PENSAMENTO DE LIBERDADE NO SÉCULO XVIII

1. O antiabsolutismo de Montesquieu e o despertar da consciência liberal na França pré-revolucionária, 268 – 2. Crítica e elogio do pensador político: o filósofo, o jurista, o sociólogo, 273 – 3. *Do Espírito das Leis*, sentido e plano da obra, 277 – 4. A teoria das formas de governo, 280 – 5. O governo republicano: 5.1 A democracia, 281; 5.2 A aristocracia, 283 – 6. O governo monárquico, 284 – 7. O governo despótico, 287 – 8. A teoria da liberdade e o princípio da separação de poderes, 288 – 9. O regime representativo e as relações entre os poderes, 292 – 10. O pensamento de liberdade no século XVIII, 294

16. O PARLAMENTARISMO E O PRESIDENCIALISMO

1. A ditadura não é solução para os problemas do subdesenvolvimento, 297 – 2. As distorções do presidencialismo, 298 – 3. A herança trágica do presidencialismo, 299 – 4. Estado Social e Estado de Direito com parlamentarismo, 302 – 5. O declínio da legitimidade no sistema presidencial, 303 – 6. A restauração da legitimidade pelo parlamentarismo, 304 – 7. A Tópica e a interpretação do parlamentarismo (Martin Kriele), 305 – 8. Só o parlamentarismo acaba com a hegemonia dos tecnocratas, 306 – 9. O parlamentarismo e a criação de um Tribunal Constitucional, 307 – 10. O presidencialismo em face das crises, 308 – 11. Os ministérios presidencialistas, 309

17. O PARLAMENTO

1. O futuro dos Parlamentos, 312 – 2. O bicameralismo e a estrutura do Parlamento, 314 – 3. O bicameralismo e a democracia, 315 – 4. As Comissões parlamentares, 317 – 5. O Parlamento e a Oposição, 318 – 6. A teoria da Oposição, 320 – 7. A força da Oposição, 322

18. A DEMOCRACIA

1. A democracia e o Estado de Direito, 325 – 2. A democracia-substantivo, 327 – 3. A superioridade da democracia, 329 – 4. A democracia e o voto vinculado, 331 – 5. O voto distrital, 333 – 6. O plebiscito e a democracia, 334 – 7. O povo e a realidade política, 336 – 8. O estado de sítio e a ditadura, 339 – 9. A separação de poderes e a democracia, 340

19. O PODER CONSTITUINTE E A CONSTITUIÇÃO

1. O poder constituinte, 343 – 2. A necessidade das Constituições, 344 – 3. Os dois poderes constituintes: o poder constituinte formal e o poder constituinte material, 345 – 4. A correspondência da Constituição com a realidade, 347 – 5. Vinte e um anos de governo sem legitimidade, 349 – 6. Do Estado Social de arbítrio ao Estado de Direito, 350 – 7. O respeito à Constituição: parte essencial da normatividade dos textos constitucionais, 352

20. A TEORIA DA LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL

1. O problema de legitimidade das Constituintes e das Constituições, 354 – 2. A crise de legitimidade constitucional no Brasil, 356 – 3. Três teorias sobre a crise dos sistemas constitucionais, 357 – 4. A importância dos elementos materiais para a legitimidade das Constituições, 358 – 5. Conservadores e reacionários como arquitetos da crise constitucional, 359 – 6. O *consensus constitutionis*: pressuposto da normatividade constitucional, 360

21. CONSTITUCIONALISMO SOCIAL E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

1. O constitucionalismo social em breve trajetória histórica: da doutrina ao direito positivo, 363 – 2. As Cartas da Venezuela e do México, precursoras desse constitucionalismo, 366 – 3. O constitucionalismo social na idade média do contra-humanismo, 366 – 4. A crise do constitucionalismo social no Brasil, 368 – 5. O constitucionalismo social e a democracia participativa: uma receita para o tratamento da crise brasileira, 371 – 6. A democracia, direito da quarta geração, e a decadência das formas representativas, 374

22. AS QUATRO CATEGORIAS DE ESTADO SOCIAL NAS CONSTITUIÇÕES

1. As Constituições do Estado Social, 378 – 2. A revolução do Estado Social: uma revolução pluralista e democrática, 380 – 3. A controvérsia acerca da expressão *Estado Social*, 381 – 4. O caráter inicialmente programático que teve a inserção da ordem econômica e social nas Constituições, 383 – 5. Com as normas programáticas funda-se uma categoria de Estado Social conservador, 384 – 6. A segunda categoria de Estado Social: o da concretização da igualdade e da justiça social, 385 – 7. A terceira categoria de Estado Social: o que altera e transforma o *status quo* da sociedade capitalista e abre caminho à implantação do socialismo, 386 – 8. A quarta categoria de Estado Social: o Estado Social das ditaduras, 388

23. A TECNOCRACIA, O PODER MILITAR E O PODER MODERADOR

1. A tecnocracia, 390 – 2. Controle parlamentar e tecnocracia, 392 – 3. O contra-humanismo da tecnocracia, 393 – 4. O poder militar na história constitucional do Brasil, 395 – 5. Socialismo militar e democracia de direita, 402 – 6. A monarquia, 404 – 7. O Poder Moderador, 405 – 8. A Sociedade, o Estado e a Igreja, 408

24. A CRISE DA INTEGRIDADE DO ESTADO: A “MEXICANIZAÇÃO” DA AMAZÔNIA E O ASSALTO À SOBERANIA

1. A perda dos territórios mexicanos depois da independência, 411 – 2. As analogias da situação do Brasil contemporâneo com a do México no século XIX, 413 – 3. A “mexicanização” da Amazônia principia com o Estatuto da Hiléia Amazônica e prossegue com a questão indígena, 415 – 4. A traição separatista, 416 – 5. Outras ameaças e outras traições, 416 – 6. A traição revisionista, 417 – 7. A Amazônia é hoje o coração da unidade nacional, 418 – 8. O assalto à soberania e a ocupação dissimulada da Amazônia, acobertada pela proteção das reservas indígenas, 419

25. MITO E COSMOS NO PENSAMENTO JURÍDICO DOS PRÉ-SOCRÁTICOS

1. As origens da filosofia ocidental, 421 – 2. A concepção mitológica do Direito, segundo Homero, Hesíodo e Sólon, 422 – 3. Os pré-socráticos e o caráter cosmológico da ordem jurídica, 426 – 4. Pitágoras e sua doutrina da justiça, 427 – 5. Heráclito, um precursor insigne da revolução antropológica, 428

26. A FILOSOFIA DO ESTADO E DO DIREITO NA IDADE DA SOFÍSTICA

1. Foram os sofistas filósofos?, 433 – 2. A reabilitação hegeliana e o problema das fontes, 434 – 3. A posição revolucionária (os sofistas) e a posição conservadora (Sócrates, Platão e Aristóteles) na crise do mundo grego, 436 – 4. Grandeza e miséria da sofística, 438 – 5. A controvérsia dos intérpretes acerca dos sofistas: a) crítica de desintegração; b) filosofia do iluminismo (*Paidéia*); c) nova atitude do filosofar, 442 – 6. Com a sofística começa o problema filosófico do Direito, 445 – 7. As bases do relativismo jurídico de Protágoras, Górgias e Trasímaco, 448 – 8. Teoria de um direito natural revolucionário: a) o reacionarismo de Cálicles; b) o cosmopolitismo humanista de Híppias e Antífon; c) o contratualismo de Licofron, 453

27. SÓCRATES E SUA COMPREENSÃO FILOSÓFICA DO DIREITO E DA *PÓLIS*

1. O pensamento socrático como ponto de partida e eixo da reação à doutrina sofística do Direito e do Estado, 457 – 2. O mito socrático na Filosofia: o exame científico das fontes, com o primado da versão aristotélica (Schleiermacher, Zeller e Joel), 460 – 3. A tempestade que a crítica de Nietzsche desencadeou, 464 – 4. O prestígio de Sócrates restaurado por H. Maier e pelos helenistas escoceses (Escola de St. Andrews), 466 – 5. O binômio indivíduo-sociedade e sua valoração, segundo Sócrates: outro tema de discórdia dos intérpretes, 468 – 6. Direito natural conservador ou jusnaturalismo revolucionário, de cunho individualista, na tragédia socrática?, 472

28. FILOSOFIA DO DIREITO, SOCIOLOGIA JURÍDICA E CIÊNCIA DO DIREITO

1. Filosofia e Sociologia, 477 – 2. A Filosofia do Direito: 2.1 Objeto e problemas fundamentais, 489; 2.2 Identificação com o direito natural, 492; 2.3 Importância da Filosofia do Direito na concretização do ideal jurídico, 493; 2.4 A crise do pensamento filosófico: advento da Escola Histórica e do positivismo, 496; 2.5 O idealismo alemão e seu papel na restauração da Filosofia do Direito, 498; 2.6 O problema metodológico, 501 – 3. A Sociologia Jurídica: 3.1 Bosquejo histórico e fixação conceitual, 504; 3.2 Aspectos positivos e negativos da Sociologia Jurídica, 508; 3.3 As diversas escolas sociológicas do Direito, 511; 3.4 A teoria materialista da História, 513 – 4. A Ciência do Direito: sua autonomia com Savigny, 516 – 5. Ciência do Direito, Sociologia Jurídica e Filosofia do Direito, 518

29. UM NOVO CONCEITO DE DEMOCRACIA DIRETA

1. A democracia, um direito fundamental da quarta geração?, 521 – 2. A descrença da Sociedade no funcionamento do aparelho representativo, 523 – 3. Os veículos da democracia direta introduzidos pela Constituição de 1988, 524 – 4. Que é a democracia direta?, 525 – 5. A essência da democracia direta entre os gregos, 526 – 6. Um novo conceito de democracia direta, 526 – 7. A compatibilidade da democracia direta com formas representativas remanescentes, 527 – 8. Analogias do conceito de democracia direta com o conceito de partido único, 529 – 9. A democracia direta estabelece, em termos absolutos, o primado do controle popular sobre o Poder, 531 – 10. A democracia direta não se confunde com os seus meios instrumentais ou suas técnicas, 532 – 11. As possibilidades constitucionais de introdução da democracia direta no Brasil, 533 – 12. Conclusões sobre a democracia enquanto direito

natural do gênero humano, 535 – 13. A democracia direta enquanto base de legitimação da normatividade criada por via hermenêutica, 536 – 14. Com a democracia, elevada à categoria de direito fundamental, prepara-se o advento de um terceiro Estado de Direito, 538

30. A REVISÃO CONSTITUCIONAL

1. A tentativa de salvar a revisão da Constituição nos termos do art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: adiamento do projeto revisionista e convocação de uma Constituinte revisora, 546 – 2. A revisão constitucional por via de Emenda é possível e não fere a Constituição, 547 – 3. A inconstitucionalidade da segunda revisão com base no art. 3º do ADCT, 549

BIBLIOGRAFIA, 553